

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA
MESTRADO DE DIREITO E PRÁTICA JURÍDICA

DIREITOS DE PERSONALIDADE (TAN)

ANO LETIVO 2023/2024

PROGRAMA

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO

§ 1. UMA APROXIMAÇÃO AOS DIREITOS DE PERSONALIDADE

1. A tutela da realidade pessoal
2. A dimensão ética da tutela
3. Os direitos de personalidade no séc. XXI
4. Direito ou direitos de personalidade?

§ 2. A JURIDICIDADE DA REALIDADE PESSOAL

5. Sequência; conceito *óntico* de personalidade
6. Critérios de juridicidade: a distinção entre o *plano óntico* e o *plano jurídico*

§ 3. PERSONALIDADE VS. CAPACIDADE JURÍDICA

7. A origem da distinção entre personalidade e capacidade jurídica
8. Revisão crítica: sobreposição conceptual
9. Cont.: contaminação valorativa
10. Cont.: o problema da relativização da personalidade e a universalidade sistemática dos conceitos
11. O retorno ao *monismo conceptual*

12. O destino da personalidade jurídica: perspectivas
13. *Imputação concreta vs. imputabilidade abstrata* de situações jurídicas

§ 4. A TUTELA DA PERSONALIDADE E O DIREITO SUBJETIVO

14. Tutela *objetiva* ou *subjetiva* da personalidade?
15. Tutela civil, penal e constitucional da personalidade
16. A possibilidade do sujeito ser objeto do próprio direito
17. A questão na doutrina portuguesa: os *direitos originários*
18. Cont.: MANUEL DE ANDRADE e o Código Civil de 1966
19. Direito (geral) de personalidade *vs.* direitos (especiais) de personalidade

§ 5. OS BENS DE PERSONALIDADE

20. Bens *nucleares* da personalidade
21. Bens *periféricos* da personalidade
22. A expansão da tutela: perspectivas e desafios

§ 6. CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS DE PERSONALIDADE

23. Sequência; cogência e eventualidade
24. Não-patrimonialidade e a indisponibilidade
25. Cont.: o critério da preponderância

CAPÍTULO II – FUNDAMENTAÇÃO ANTROPOLÓGICA DA TUTELA: A ORIGEM DO CONCEITO DE PESSOA

§ 7. A INVENÇÃO TEOLÓGICA DO CONCEITO

26. A inexistência de *persona* na filosofia antiga

27. O contributo da teologia.

§ 8. *PERSONA* DA TEOLOGIA TRINITÁRIA

28. A Tradição Grega
29. A Tradição Latina.
30. A síntese agostiniana e a formulação de BOETHIUS.

§ 9. *PERSONA* E CRISTOLOGIA

§ 10. PESSOA NA MODERNIDADE E A ANTROPOLOGIA DA SUBJETIVIDADE

31. Sequência; o contexto cultural da filosofia moderna
32. O sujeito cartesiano.
33. A pessoa no empirismo inglês: LOCKE e HUME.
34. O Homem kantiano e do idealismo alemão
35. Sinopse: a «*experiência da não realidade*» da pessoa

§ 11. ANTROPOLOGIA CONTEMPORÂNEA

36. Existencialismos e personalismos
37. Uma nova «*era antropológica*»?

§ 12. A TEORIA DE GÉNERO

38. Do *corpo-sujeito* ao *corpo-objeto*
39. Masculinidade e a feminilidade; natureza *vs.* cultura
40. Origem histórica da teoria de género: sexo *vs.* género
41. Cont.: da medicina para as «*ciências sociais e humanas*»
42. O uso ideológico da teoria de género

CAPÍTULO III – A EXPERIÊNCIA DA REALIDADE PESSOAL

§ 13. AUTOPOSSESSÃO, IPSEIDADE E RELAÇÃO

43. O Homem como *distinctum subsistens*
44. O Homem como *distinctum subsistens respectivum*
45. A vida como missão

§ 14. A RADICAL UNIDADE ONTOLÓGICA DA PESSOA

CAPÍTULO IV – A TITULARIDADE DOS DIREITOS DE PERSONALIDADE

§ 15. AS PESSOAS FÍSICAS

46. Sequência; diversas intensidades de tutela

§ 16. O NASCITURO

47. A relevância do nascimento
48. A solução do BGB e *capacidade jurídica limitada* do nascituro
49. A tradição portuguesa: do Código SEABRA ao atual Código Civil
50. A superação histórica do critério do nascimento
51. O nascimento como expansão da capacidade de gozo
52. O alcance normativo do art. 66.º/1
53. O não nascimento

§ 17. A TUTELA *POST MORTEM*

54. A natureza do bem jurídico protegido

55. A tutela *post mortem* na jurisprudência
56. Posição adoptada: o *dano relacional*
57. Cont.: a legitimidade prevista no n.º 2 do art. 71.º

§ 18. AS PESSOAS COLETIVAS

58. Sequência
59. As dissonâncias da jurisprudência
60. A natureza da pessoa coletiva: estrutura normativa da personificação
61. Cont.: dupla dimensão sistemática (tipo *vs.* conceito classificatório)
62. Posição adoptada
63. A *projeção* da personalidade singular na pessoa coletiva
64. Uma hipótese de *Drittschadensliquidation*?

CAPÍTULO V – O REGIME DOS DIREITOS DE PERSONALIDADE

§ 19. LIMITAÇÕES VOLUNTÁRIAS

65. Sequência
66. Natureza e limites do negócio limitativo
67. O princípio da livre revogabilidade
68. Os menores e os maiores acompanhados

§ 20. COLISÃO DE DIREITOS

69. Sequência
70. Superioridade axiológica e bens de personalidade
71. Cont.: a relevância da identidade dos sujeitos
72. A mútua restrição no exercício

§ 21. TUTELA PREVENTIVA E RESPONSABILIDADE CIVIL

73. Tutela preventiva: as providências adequadas
74. Tutela ressarcitória: imputação de danos
75. O dano existencial
76. Cont.: a dimensão existencial da patrimonialidade
77. O dano relacional
78. Distinção das figuras

CAPÍTULO VI – A TUTELA NUCLEAR DA PERSONALIDADE

§ 22. O DIREITO À VIDA E À INTEGRIDADE FÍSICA

79. A vida como bem jurídico
80. A indisponibilidade da vida: a ilicitude do suicídio e dos comportamentos de risco
81. A ilicitude da eutanásia
82. A ilicitude (civil) do aborto
83. A tutela da realidade embrionária e a PMA
84. A integridade física

§ 23. O DANO-MORTE

85. Sequência; a *vexata quaestio*
86. A evolução da jurisprudência
87. Posição adotada; dano-morte *vs.* danos causados pela morte
88. A legitimidade prevista no art. 496.º

§ 24. A PRÓPRIA VIDA COMO DANO?

89. Sequência
90. *Wrongful pregnancy*

91. *Wrongful birth e wrongful life*
92. A experiência portuguesa
93. Cont.: os acórdãos do STJ, de 17-jan.-2013 e de 12-mar.-2015
94. A inadmissibilidade da pretensão à «*não existência*»
95. A posição jurídica dos pais: *wrongful pregnancy* e dano existencial
96. Cont.: os casos de *wrongful birth* e *wrongful life*

§ 25. O DIREITO À IDENTIDADE

97. O conhecimento das origens e as relações constitutivas do sujeito

§ 26. O DIREITO À PRIVACIDADE

98. A reserva da intimidade
99. Cont.: teoria das esferas e comportamentos performativos
100. Os *media* e os contratos relativos à vida privada (*Verträge über Privatsphäre*)

§ 27. O DIREITO À HONRA

101. A honra enquanto bem jurídico
102. Conflitos típicos com liberdades fundamentais
103. Coordenadas da jurisprudência
104. Um *direito ao esquecimento*?